

A violência é um fenômeno complexo, multicausal e relacionado, que implica em inúmeros processos e relações, desde as mais íntimas às mais ampliadas. Ocorre nas esferas culturais e sociais, desde as relações mais íntimas e afetivas às políticas públicas, presente nas estruturas sociais, políticas, culturais, em suas relações geracionais, de gênero, institucionais etc., perpassando a sociedade de forma geral.

Sob esse enfoque, para além de apresentarmos os dados e as análises de pesquisa que realizamos sobre violência sexual e doméstica em Uberlândia (projeto financiado pela Secretaria de Política para as Mulheres e CNPq), optamos por elaborar a presente coletânea, com o intuito de tratar da violência enquanto fenômeno multicausal, relacionado, estrutural, pertencente à um mosaico de violências articuladas e correlatas que caracterizam a sociedade atual.

Por esse motivo elegemos para o primeiro volume tratar das violências de gênero, geracional e familiar, a fim de pensarmos inicialmente em instâncias que implicam ou deveriam implicar em relações e laços de afetividade, intimidade, personalidade, embora repletas de significados e sentidos culturais e sociais na constituição do quadro da violência social.

Esperamos que, com esse trabalho, possamos contribuir para a reflexão e dar maior visibilidade à complexidade que compõe a violência doméstica e sexual entendida como parte do processo e da prática da violência ampliada que caracteriza a nossa sociedade.

Sandra Leila de Paula (org.)

VIOLÊNCIAS: GÊNERO, FAMÍLIA E GERAÇÕES

Sandra Leila de Paula  
(organizadora)

# VIOLÊNCIAS

gênero, famílias  
e gerações

volume I





ÇÃO SOCIAL E INSTITUIÇÕES: ELEMENTOS  
DE TEORIA NA DISCUSSÃO SOBRE OS  
COMPORTAMENTOS FACE AO IDOSO NAS  
SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

*Alexandra Lopes*

*Introdução*

Neste nosso texto procuramos sistematizar um conjunto de elementos que propomos sejam considerados enquanto possíveis guias teóricos a estudos de natureza empírica, que tomem como objeto de análise os comportamentos face ao idoso nas sociedades contemporâneas.

Quando fazemos uma incursão aos principais estudos que têm sido realizados, no âmbito da Sociologia, da Economia e mesmo da Psicologia, sobre os mecanismos que indivíduos e famílias desenvolvem na sua relação com o idoso, invariavelmente encontramos leituras que ora se inspiram em modelos teóricos mais centrados no próprio indivíduo, ora se inspiram em modelos teóricos mais centrados nas estruturas sociais que causalmente explicam os comportamentos individuais. No conjunto de

reflexões que formam este texto procuramos ir além da dicotomia agência-estrutura, desenvolvendo um modelo teórico que atribua protagonismo ao contexto. A nossa abordagem, nesse sentido, inspira-se numa leitura de tipo institucional e procura perceber como os indivíduos e as famílias se organizam e se comportam a partir do desenho institucional do contexto em que a ação social se desenrola. A nossa proposta teórica passa por desenvolver uma grelha que coloca no centro do nosso modelo explicativo a dimensão institucional e a importância desta na estruturação da acção social. Articulando, em particular, três vetores institucionais específicos (políticas sociais, dinâmicas familiares e sistema normativo), procuraremos discutir como os comportamentos em relação aos idosos nas sociedades contemporâneas se encenam na confluência de um conjunto de determinantes institucionais que não só os explicam mas que neles se reproduzem e reforçam.

Na primeira parte do nosso texto faremos uma incursão geral aos fundamentos teóricos do neo-institucionalismo, corrente teórica que assumimos como fio condutor central da nossa proposta analítica, procurando colocar em destaque o potencial das diversas grelhas conceptuais que sob essa designação se arrumam para a discussão das modalidades de funcionamento, resiliência e mudança dos princípios estruturantes dos comportamentos sociais. Essa incursão incluirá alguma revisão de pendor mais crítico ao próprio modelo teórico que abraçamos, num exercício de reflexividade que se pretende delimite, com o máximo de clareza, o espaço do que é e do que não possível considerar desde a perspectiva que escolhemos adotar.

Uma vez explicitado o fio condutor geral que as grelhas do neo-institucionalismo nos fornecem, avançaremos, na segunda parte, para a enunciação mais detalhada de algumas coordenadas teóricas de médio alcance. O nosso ponto de partida assume que a análise dos comportamentos em relação aos idosos, e das suas determinantes, independentemente do enfoque disciplinar a partir da qual seja feita, tem que envolver modelos teóricos

e metodológicos relativamente abertos e multidimensionais, só muito raramente podendo assentar numa proposta teórica específica. Na realidade, tal como em muitas outras áreas do social, no domínio da análise do lugar do idoso nas sociedades contemporâneas é pouco provável que consigamos captar a complexidade dos processos em causa se nos limitarmos a uma grelha analítica unidimensional.

Articularemos, em particular, três campos teóricos específicos – o desenho institucional do Estado Providência; as configurações institucionais das dinâmicas familiares; e as modalidades de solidariedade normativa de tipo colectivo – numa lógica global que tende a considerar os comportamentos face ao idoso como resultado da confluência dos constrangimentos institucionais que cada um desses campos comporta.

#### *Entre a agência e a estrutura: contributos teóricos do neo-institucionalismo*

Nos últimos cinquenta anos, tem-se assistido a uma renovada atenção sobre as instituições, inicialmente no seio da ciência política, mas progressivamente alastrando para outras áreas disciplinares como a própria Sociologia. Este esforço em enfatizar a importância das instituições, sucintamente expresso no slogan “as instituições importam” (“*institutions matter*”), está associada a uma escola conhecida como neo-institucionalismo. Trata-se de uma corrente teórica ampla que assume como elemento caracterizador central o reconhecimento de primazia analítica às instituições.

Na procura de posicionar teoricamente esta corrente, podemos afirmar que o neo-institucionalismo se apresenta como uma alternativa tanto às leituras de tipo individualista e behaviorista como às perspectivas estruturalistas dentro das

ciências sociais (Powell e Dimaggio 1991). Para as primeiras, os comportamentos e os resultados dos comportamentos sociais são o produto das condutas e das preferências/escolhas individuais, enquanto para as segundas eles são o reflexo de determinadas estruturas. Em alternativa, as propostas do neo-institucionalismo procuram demonstrar o interesse, e mais do que isso a necessidade, de combinar a agência (a capacidade dos indivíduos para transformarem e alterarem as estruturas) com a estrutura, para perceber a lógica do funcionamento do social (social aqui entendido no seu sentido mais amplo, enquanto dinâmicas sociais, políticas, económicas e culturais).

Segundo Goodin (1996), podemos considerar como definidores da perspectiva neo-institucional alguns postulados teóricos que importa sistematizar:

- (1) Os indivíduos e os grupos estruturam o seu comportamento para atingirem determinados fins em contextos que são coletivamente constrangidos (*constraints*);
- (2) Estes constrangimentos são provenientes de instituições, entendidas como padrões organizados de normas e papéis socialmente construídos, e condutas socialmente prescritas, os quais são criados e recriados continuamente;
- (3) Esses constrangimentos institucionais são, frequentemente, vantajosos para os indivíduos e grupos para a prossecução de seus interesses particulares, sendo do interesse dos mesmos garantir a estabilidade e reprodução das configurações institucionais;
- (4) As mesmas forças de contexto que constroem o comportamento dos indivíduos e dos grupos também moldam as suas motivações, os seus desejos e preferências;

- (5) Os constrangimentos institucionais preservam, representam e distribuem diferentes recursos de poder por diferentes grupos e indivíduos, alguns deles partes directamente interessadas na manutenção do *status quo* institucional (*stakeholders*);
- (6) Os comportamentos individuais e colectivos, institucionalmente constrangidos e socialmente modelados, são o motor do funcionamento social.

Estamos, portanto, perante uma proposta teórica geral que nos conduzirá à discussão sobre os comportamentos face aos idosos e sobre as estratégias que desenvolvem para obtenção de bem-estar e satisfação de necessidades no contexto de um conjunto de constrangimentos que derivam das configurações institucionais, onde a ação social se desenvolve e, nesse sentido, onde as modalidades de ação escolhidas não podem ser entendidas nem como o resultado simples de preferências individuais, nem como o impacto de tipo causal de estruturas sociais que operam no vazio (como por exemplo, classes sociais, grupos de género, entre outros). Antes, terão que ser contextualizadas num universo institucional que define não só o que é possível, mas também o que é esperado e o que na articulação dos anteriores maximiza o resultado desejado.

Sob a designação de neo-institucionalismo, porém, têm sido desenvolvidas correntes mais específicas, nem sempre alinhadas de forma consensual, que têm procurado definir modelos teóricos mais ou menos delimitados. Entre essas correntes afirmaram-se com particular relevo três escolas, que discutiremos brevemente nos parágrafos seguintes: institucionalismo histórico; institucionalismo sociológico; e institucionalismo das escolhas racionais (Hall e Taylor 1996; Rittberg 2003). As duas primeiras correntes têm sido particularmente influentes no contexto Europeu e gozado de grande projecção sobretudo no domínio da análise de políticas públicas e dos processos de

tomada de decisão política. A terceira corrente tem sido mais marcante no contexto norte-americano, sobretudo no domínio da análise sobre os processos de legislação.

Embora partindo de uma plataforma teórica mais ou menos comum, assente na premissa de que as instituições moldam a acção social, as diferentes correntes do neo-institucionalismo divergem, por vezes de forma muito dramática, em relação a alguns aspectos centrais: desde logo em relação ao próprio conceito de instituição; em segundo lugar na forma como conceptualizam o nexó instituição-acção; em terceiro lugar, no que diz respeito às perspectivas que têm sobre a mudança institucional; finalmente, e com igual impacto, nas implicações metodológicas e epistemológicas que encerram. Não as consideramos, porém, perspectivas irreconciliáveis e, como discutiremos já de seguida, procuraremos na sua conciliação um instrumento conceptual mais rico. Na realidade, tal como as percebemos, tratam-se de perspectivas que parecem captar diferentes dimensões dos impactos das instituições na acção social, no comportamento individual e colectivo e, por isso, com todo o interesse em articular.

### *Institucionalismo histórico*

As correntes do neo-institucionalismo histórico afirmaram-se, em larga medida, por reacção quer às correntes estruturo-funcionalistas, quer às correntes de inspiração marxista, dominantes no seio da ciência política durante as décadas de 1960 e 1970. Sob influências de ambas, os institucionalistas históricos procuram ir além, propondo uma leitura do funcionamento do social que coloca no papel de motor central as instituições, estas entendidas enquanto o conjunto de procedimentos, formais e informais, rotinas, normas e convenções que estão impregnadas

na estrutura organizacional da economia política (Hall e Taylor 1996, p. 938). Ou seja, em geral, os institucionalistas históricos tendem a associar as instituições às organizações e às regras e convenções que são promulgadas pelas organizações formais (Thelen 1999).

No âmbito deste trabalho interessa-nos, sobretudo, reter os contributos que os institucionalistas históricos deixam para a análise das configurações institucionais do Estado e para os impactos que estas têm na estruturação das relações entre os diferentes actores sociais. À questão *'como é que as instituições afetam o comportamento individual'*, os institucionalistas históricos respondem através de uma dupla argumentação. Por um lado, e no registo de uma explicação de tipo *calculus*, acentuam a dimensão estratégica do comportamento dos indivíduos, na procura de maximização do retorno, enquanto benefício, na acção. As instituições, proporcionando aos atores graus variados de certeza e incerteza sobre o comportamento presente e futuro de outros atores, fornecem informação relevante para a definição estratégica do comportamento individual (e colectivo). Prescrevendo formas esperadas (e não esperadas) de comportamento, as instituições implementam mecanismos de recompensa e de punição da acção individual e, nesse sentido, acabam por fornecer referências para avaliação do custo/benefício envolvido na adoção de dado comportamento. Neste tipo de explicação, naturalmente, a interação estratégica assume um papel crucial.

Uma outra argumentação acentua, numa explicação de tipo cultural, a dimensão não intencional, no sentido racional e estratégico do termo, do comportamento individual. Este, na explicação cultural, resulta também da visão do mundo que o indivíduo transporta, a qual se faz de rotinas e padrões de comportamento reconhecidos como familiares e para os quais o indivíduo tende a pender na interpretação de uma dada situação. As instituições, nesse sentido, funcionam enquanto modelos

morais e cognitivos de referência, dos quais o indivíduo se socorre para interpretar cada contexto e decidir como se comportar. Os indivíduos estão, por isso, profundamente mergulhados no mundo das instituições, estas compostas por símbolos, guíões e rotinas que funcionam como filtros para a relação do indivíduo com cada contexto específico de ação social (March e Olsen 1989).

Estes dois tipos de argumentação proporcionam também uma grelha analítica interessante para discutir a forma como os padrões de comportamento que associamos a instituições perduram no tempo. Aliás, a temática da resiliência das instituições é uma das temáticas mais caras aos institucionalistas históricos. No âmbito da argumentação de tipo calculista, essa resiliência é explicada por uma espécie de equilíbrio de Nash que as instituições representam: ou seja, os indivíduos aderem aos padrões de comportamento prescritos pelas instituições porque se não o fizerem pioram a sua situação. No âmbito da argumentação de tipo cultural, a resiliência das instituições passa, sobretudo, pela própria forma como as convenções e padrões de comportamento prescritos estão inculcados nos indivíduos, ao ponto de perderem o seu estatuto de objetos disponíveis para escrutínio. Pelo contrário, esses padrões de conduta transformam-se em dados adquiridos, formas '*naturais*' de ação e, por isso, não disponíveis para serem facilmente alterados meramente por efeito da ação individual.

Uma temática igualmente central no institucionalismo histórico é a da forma como as instituições distribuem desigualmente o poder pelos diferentes grupos sociais. As instituições proporcionam acesso diferenciado ao próprio processo de decisão política, e nesse sentido não são contextos neutros onde se organizam processos que beneficiem, de igual modo, todos. Pelo contrário, as instituições são o contexto que favorece alguns e onde outros perdem.

Uma última coordenada que marca o institucionalismo histórico, e que será de grande centralidade na nossa grelha analítica, é a que remete para uma leitura de tipo *path dependent* para discutir o processo de desenvolvimento das instituições. Contrariamente ao pressuposto de convergência que frequentemente marca as teorias da modernização, os institucionalistas históricos enfatizam a causalidade de tipo *path dependent*, rejeitando, por isso, a ideia de que forças semelhantes e mecanismos do mesmo tipo produzam resultados idênticos independentemente do contexto. Os contextos institucionais operam, para os institucionalistas históricos, como os contextos mediadores que condicionam a forma como essas forças e esses mecanismos poderão funcionar, impondo por isso caminhos possíveis e fechando outros, na maior parte das vezes com base em referências que vêm do passado, ou seja, rotinas e padrões que se cristalizam nas próprias instituições. Este tipo de postulado explica, por exemplo, porque é que as instituições perduram, mesmo quando o seu funcionamento parece gerar ineficiências (Crouch e Farrell 2004).

#### *Institucionalismo da escolha racional*

Contemporâneo do anterior, mas desenvolvendo-se teoricamente de forma isolada, a segunda escola do neo-institucionalismo que chamamos ao nosso modelo teórico assenta no postulado da escolha racional como motor central da emergência e desenvolvimento institucional (Hall e Taylor 1996). O trabalho que Williamson desenvolveu em meados da década de 1970 foi particularmente influente para a afirmação desta escola. O autor discutia, então, a forma como era possível explicar o desenvolvimento das organizações enquanto resultado da procura de redução de custos de funcionamento, que seriam

mais elevados se se tentasse desenvolver a mesma atividade sem essa configuração organizacional, ou seja, sem essa instituição (Williamson 1975).

Uma premissa estruturante desta corrente específica passa pela afirmação de que os atores têm preferências e gostos, comportando-se de forma instrumental para maximizar a realização dessas preferências. Isso envolve um comportamento de tipo estratégico, o que supõe que são consideradas alternativas e calculados benefícios antes de se escolher um dado comportamento. Parte deste cálculo estratégico envolve a consideração das expectativas que cada ator tem em relação ao comportamento dos outros, tendo as instituições um papel central na estruturação destas interações. As instituições definem o conjunto de alternativas e estruturam a agenda de escolha; elas definem mecanismos que garantem a conformidade dos atores e, nesse sentido, reduzem a incerteza acerca do comportamento do outro. As instituições são, para os institucionalistas da escolha racional, guias que levam a determinados tipos de análise estratégica por parte dos atores, e fomentam determinadas escolhas ao invés de outras.

Aplicada esta argumentação à análise do desenvolvimento institucional, na perspectiva do institucionalismo da escolha racional as instituições mantêm-se, mesmo em situação de competição seletiva, porque garantem mais benefícios aos atores relevantes do que formas diferentes de configuração institucional.

### *Institucionalismo sociológico*

A última das três correntes teóricas dominantes dentro da abordagem geral do neo-institucionalismo é aquela que se designa por institucionalismo sociológico, igualmente emergente durante a década de 1970, inicialmente de forma mais marcada

no domínio das teorias sobre as organizações (Hall e Taylor 1996). A preocupação central desta escola tem a ver com a explicação para a razão pela qual as organizações adotam formas institucionais específicas e com a demonstração de que essas formas institucionais são comuns em vários campos e mesmo entre várias nações.

Uma marca distintiva do institucionalismo sociológico tem a ver, por um lado, com a forma mais abrangente como define o que é uma instituição. Para esta escola, a instituição compreende não só as configurações formais, procedimentos e regras explicitamente enunciados, mas também os sistemas simbólicos, os guíões cognitivos e morais que fornecem grelhas de significados que orientam a ação humana. Ou seja, a distinção que encontramos, por exemplo, nos institucionalistas históricos entre instituições e cultura, esbate-se entre os institucionalistas sociológicos. Na realidade, para esta escola cultura é instituição, instituição é cultura.

Na explicação da forma como as instituições influenciam a ação social, e na linha da argumentação cultural abordada anteriormente, o institucionalismo sociológico enfatiza, precisamente, a influência que advém dos tais guíões cognitivos e morais sem os quais o comportamento dos outros não pode ser interpretado e antecipado, logo, sem os quais a ação social é impossível. As instituições, nessa linha, são importantes não apenas porque definem o que é esperado que o indivíduo faça em dada situação, mas também porque definem o que cada um imagina fazer numa dada situação. Demarcando-se, por isso, da explicação mais limitada da escolha racional, o institucionalismo sociológico argumenta que a influência das instituições não se confina à definição das alternativas possíveis para escolha, mas define as próprias preferências e gostos dos indivíduos em ação.

Ora, quando o indivíduo atua da forma como a convenção social específica, ele reafirma a sua identidade como ator social, na medida em que se envolve em ação social com sentido, mas

também reforça a convenção à qual aderiu. É esta circularidade ação-interpretação que modela o mundo das instituições. Note-se que, em nenhum momento, se nega que a ação social seja intencional e dirigida a objetivos. O que o institucionalismo sociológico acentua é que aquilo que o indivíduo considera ação racional é, ela própria, uma construção social. Nesse sentido, na ação o indivíduo não está necessariamente a maximizar o seu benefício instrumental, mas sobretudo a definir e a expressar a sua identidade social da forma socialmente adequada.

As instituições perduram precisamente porque cristalizam lógicas de adequação social, ao invés de lógicas instrumentais como diriam os institucionalistas racionais. E isto, mesmo quando produzem efeitos que poderiam ser considerados disfuncionais numa perspectiva puramente racional.

*Dinâmicas institucionais na definição do comportamento face ao idoso: vetores teóricos de uma grelha multidimensional*

O programa teórico do neo-institucionalismo argumenta que a análise da ação social ganha quando o enfoque é colocado nas instituições ou, mais especificamente, quando parte das instituições, na medida em que estas moldam a ação social (embora como essa moldagem se processa seja alvo de propostas diferentes) e na medida em que a ação social nunca ocorre no vazio institucional. O que metodologicamente implica considerar as instituições não apenas como variáveis de contexto ou moderadoras, mas como variáveis independentes.

É esta grelha que consideramos poderá representar uma mais-valia para a discussão sobre os comportamentos face aos idosos. Discutir estes a partir de um enfoque institucional permitirá lançar luz sobre alguns mecanismos que frequentemente

ficam por explicitar. Da enunciação desses mecanismos nos ocuparemos nas próximas seções deste capítulo.

*Solidariedades familiares, Estado-Providência e familiarização da provisão de bem-estar social*

A temática geral das solidariedades familiares e, mais especificamente, a do lugar destas no esquema global da provisão de bem-estar social, tem sido palco de leituras diversas e, mais do que isso, palco de evoluções teóricas muito marcadas. Atendendo a que este papel procura sugerir coordenadas teóricas para discutir os comportamentos face ao idoso num contexto nacional de políticas sociais que seguem a lógica familialista, discutir os arranjos familiares e as estratégias que os indivíduos desenvolvem e que refletem a ativação de recursos de base familiar, é uma temática que adquirirá particular centralidade.

Depois de um período mais ou menos alargado, na teoria social, durante o qual a família se subsumiu em grelhas analíticas que, mergulhadas numa autêntica euforia em relação ao conceito de Estado Providência, remetiam as solidariedades familiares para um ancestral pré-moderno, na linha das leituras de Durkheim ou de Tönnies (Willmott 1996), não sendo mais necessárias para a performance das economias industriais capitalistas modernas (Parsons 1955), assistiu-se a um gradual retorno das relações de parentesco e das solidariedades intergeracionais à análise do funcionamento do próprio Estado Providência. Peter Townsend, por exemplo, durante a década de 1960, desenvolve extensos estudos onde questiona, com base em evidência empírica, a ideia de ruptura entre o núcleo marital e as relações de parentesco quer na linha horizontal, quer na linha vertical (Townsend 1963). Mais recentemente, e na linha dos trabalhos inaugurados por Townsend, Kellerhals discute como entre a família nuclear e a família extensa existem três tipos de relações que se mantêm

dominantes nas sociedades modernas: relações expressivas, relações normativas e relações instrumentais (Kellerhals 1994).

É a dimensão instrumental que, em boa verdade e no domínio dos estudos sobre políticas públicas, tem suscitado maior interesse entre os investigadores nas últimas décadas. Alguns têm procurado demonstrar a importância das transferências monetárias dentro da rede familiar extensa, em situações que vão desde ajudas com aquisição de habitação até ajudas em eventos específicos, como o nascimento de uma criança. Outros destacam a importância das redes familiares extensas na provisão de serviços em género, desde o apoio no cuidado às crianças até ao apoio nas lides domésticas, passando pela ajuda na procura de emprego (Pitrou 1995; Finch 1989, 1993; Kellerhals 1987; Attias-Donfut 1995).

Um trabalho mais recente, com alguma influência para leituras que adotam a perspectiva mais institucional é o trabalho de Bengston (2001). O autor discute a importância crescente dos laços multigeracionais nas sociedades contemporâneas, importância que define pode ser medida em seis dimensões diferentes: solidariedade afetiva (os sentimentos e avaliações que os membros da família expressam); solidariedade associativa (o tipo e a frequência do contato); solidariedade consensual (acordo em opiniões, valores e orientações através das gerações); solidariedade funcional ou de assistência (o dar e receber apoio entre gerações); solidariedade normativa (expectativas em relação às obrigações parentais e filiais, assim como as normas sobre a importância dos valores da família); e a solidariedade estrutural (a estrutura de oportunidades para a interação entre gerações na família) (Bengston 2001). Apesar de alguma crítica em relação ao pendor de tipo funcionalista que a proposta de Bengston possa encerrar, a realidade é que tem algum interesse heurístico para captar e discutir as múltiplas facetas das relações dentro da rede familiar. Aliás, e respondendo em particular às leituras mais críticas que enfatizam o carácter assimétrico, seletivo e, por vezes, mesmo conflituoso das relações familiares (Bawin-Legros

2001), autores como Godbout e Caillé têm demonstrado que, apesar da assimetria que caracteriza a solidariedade familiar, a sua base de reciprocidade acaba por contrabalançar a assimetria, nem que seja num lógica diferida no tempo (Godbout 1992).

No plano mais específico das relações entre as dinâmicas de base familiar e o contexto institucional das políticas públicas, há um extenso património acumulado de estudos, no plano nacional e internacional, que sistematicamente têm demonstrado que, por um lado, as fronteiras entre as funções do Estado e as funções da família no campo da provisão de bem-estar são fluidas e em constante mudança; por outro lado, que a sua relação deve ser colocada enquanto resultado de um *mix* e não enquanto relação entre duas instâncias estanques com espaços de intervenção claramente definidos e mutuamente exclusivos (Evers e Svetlik 1993; Hespanha 1993; Naldini 2003).

Quando nos propomos discutir os comportamentos individuais e coletivos face ao idoso, e na linha de uma leitura de tipo institucionalista, estamos precisamente a colocar em relevo o percurso histórico específico de relação entre Estado e famílias, que marca um *welfare path* onde a familiarização do bem-estar social aparece no centro das assunções coletivamente partilhadas sobre o próprio processo de provisão de bem-estar.

Estas dinâmicas, porém, inscrevem-se num contexto que não é só um contexto estrategicamente definido em função de estruturas de oportunidade e em função da antecipação de ganhos (imediatos ou diferidos no tempo, materiais ou imateriais) pelos atores em ação. Inscrevem-se num contexto que não é só um percurso cristalizado de modalidades de relação entre Estado e famílias. Inscrevem-se num contexto que é, também, um contexto de sentidos e de interpretações, onde ganham centralidade, como categorias da ação, os quadros cognitivos e morais que marcam o modelo familiarista.

*Legitimação e reprodução do comportamento:  
uma perspectiva normativa*

Na senda da argumentação desenvolvida por Therborn a propósito de como podemos definir o que é uma norma social, se a pensarmos a partir do adjetivo que a ela está associado – “normal” – podemos nela identificar três dimensões fundamentais. Por um lado, ela designa um tema ou uma definição com interesse para a sociedade. Por outro lado, ela refere-se a algo que apresenta uma determinada distribuição na sociedade, na medida em que identifica algo que é típico ou mais frequente na respectiva população. Finalmente, a norma social designa a prescrição da ação social ao identificar aquilo que deve ser feito (Therborn 2002).

São estas três dimensões da definição do que é uma norma social que reduzem a incerteza na ação social, fornecendo aos atores sociais guiões de expectativas. Isso não quer dizer, porém, que as normas sociais geram, obrigatoriamente, homogeneidade na ação social. Os atores não se conformam, sempre, às normas. Por vezes desviam-se delas. Mas isso, no entanto, não torna a norma inválida, apenas significando que há uma expectativa que não é realizada, sendo o respectivo comportamento classificado como desviante e anormal.

A nossa proposta vai no sentido de que se confira particular centralidade, precisamente, e na linha da argumentação teórica herdada das perspectivas do institucionalismo sociológico, à noção de ação social normativa, que genericamente poderíamos definir como ação conduzida pela norma, norma que acerta a forma correta de agir e que contém todos os mecanismos necessários à sua reprodução, nomeadamente um sistema de recompensas e de sanções.

Apesar de podermos afirmar, sem grande margem para contestação, que as normas são um dos pilares fundamentais da

teoria sociológica, é difícil, tal como aponta Therborn, encontrar trabalhos de fundo sobre ação normativa. Depois da centralidade que lhe foi atribuída em grelhas teóricas de raiz funcionalista, é como se tivessem entrado no domínio do adquirido na teoria sociológica (Therborn 2002). Ou seja, apesar de se reconhecer que as normas sociais são um elemento central no funcionamento do social, é como se elas tivessem deixado de representar qualquer tipo de desafio teórico para o debate sociológico.

As correntes do neo-institucionalismo sociológico recuperam, precisamente, a centralidade da ação normativa, nomeadamente em oposição às teorias da ação social subsidiárias das leituras dominantes na ciência económica. Para a Economia, a teoria da ação social assenta numa perspectiva de maximização da utilidade e num cenário-base de preferências constantes, segundo a qual, e numa lógica de tipo calculista, os atores agem na antecipação dos resultados do seu comportamento, escolhendo aquele comportamento que maximiza os benefícios que dele podem retirar. O comportamento individual, nessa linha de raciocínio, é decidido com base numa estatística de cálculo e não enquadrada por normas gerais que ultrapassam o interesse individual de maximização da utilidade. Para as leituras herdadas do neo-institucionalismo sociológico, pelo contrário, os atores variam nas suas preferências e na sua interpretação de uma dada situação, avaliando quão apropriado é o seu comportamento por referência a normas e valores. O comportamento escolhido irá ser aquele que se conforma melhor ao que é prescrito, pela norma, como a forma correta de agir, mesmo que isso não se traduza num resultado ótimo para o próprio ator em ação.

No que diz respeito à forma como as normas efetivamente interagem com o comportamento individual, Therborn alerta para a distinção entre três tipos de normas. O primeiro tipo, que designa por normas constitutivas, são aquelas que definem o espectro mais alargado de ação e pertença a um dado sistema social – um exemplo destas seriam códigos de honra ou definições de

dignidade humana. Um segundo tipo, que o autor designa como normas reguladoras, são aquelas que definem a contribuição esperada de cada ator para o sistema social – exemplo destas podiam ser, precisamente, as normas que definem papéis para a família. O terceiro tipo diz respeito às normas distributivas, ou seja, o conjunto de mecanismos de recompensa e de sanção que circulam no sistema social (Therborn 2002). As normas, por isso, cobrem a totalidade do espectro de qualquer sistema social, são ubíquas e, nesse sentido, centrais para o funcionamento da sociedade.

No domínio particular da análise dos comportamentos coletivos e individuais face ao idoso, e mais uma vez apesar da questão da ação normativa pender para o implícito e não para o explícito, há toda uma linha de teorização que procura discutir o estatuto das normas e dos valores sociais enquanto mecanismos de legitimação e de reprodução desses comportamentos.

Definindo normas enquanto instituições, podemos olhar para as instituições como complexos delimitados constituídos pelos três tipos de normas acima enunciados. A família, nesse sentido, por exemplo, é entendida como uma instituição que opera com base em normas complexas: normas que definem estatutos diferenciados de pertença; normas que atribuem papéis a cada membro; normas que recompensam e que punem a conformidade ou a violação, respectivamente, dos papéis atribuídos.

Duas questões emergem, porém, desta linha de argumentação sobre a ação normativa e que importa reconhecer, mesmo se para elas não tivermos uma resposta suficiente. A primeira tem a ver com a necessidade de identificar as determinantes da conformidade à norma. A segunda passa por discutir a possibilidade de mudança normativa.

Quanto à primeira questão, deve ser reconhecido que não há nenhuma teoria geral sobre as determinantes da conformidade normativa. Inspirados em diferentes contributos

teóricos, porém, podemos registar entre essas determinantes algumas variáveis cruciais, entre as quais destacaríamos: os processos de socialização e de formação de identidades; as interpretações de conformidade por parte do outro; a clareza do desenho institucional; ou, ainda, o emparelhamento de normas e incentivos/recompensas (Therborn 2002).

Quanto à segunda questão, é de grande relevância teórica considerar, ao lado da reprodução normativa, os processos intrínsecos de mudança da norma. Numa perspectiva endógena, a mudança da norma está relacionada com a interpretação que os atores fazem da norma. As normas tendem a reproduzir-se entre gerações, mas cada geração representa, potencialmente, um conjunto diferente de atores que pode interpretar as normas de maneira diferente quando comparada com as gerações que a antecedem. Therborn sugere que, nesta dinâmica, quanto mais internalizada estiver uma norma menos sujeita estará a variação interpretativa (Therborn 2002). Ou seja, a temática da resiliência normativa e da mudança normativa terá que envolver a análise do grau de internalização das normas na ação social.

### *Conclusão*

Neste texto, avançamos com os contornos gerais de uma proposta de grelha teórica que poderá ser usada na análise dos arranjos que indivíduos e coletivos desenvolvem na sua relação com os mais idosos.

O enfoque geral que privilegiamos parte de uma perspectiva institucional, significando isso que se centra nas lógicas internas do sistema social e não tanto nas determinantes individuais da ação. Nesse sentido, a nossa proposta teórica é largamente influenciada por alguns contributos das teorias do neo-institucionalismo, nas suas variadas expressões.

Particularmente centrais são os contributos do institucionalismo histórico e do institucionalismo sociológico, numa discussão que privilegiou uma abordagem macro aos arranjos institucionais e que enfatizou serem estes o resultado de constangimentos de tipo *path-dependent* e de constrangimentos normativos.

No campo geral dos estudos sobre o envelhecimento e sobre o lugar do idoso nas sociedades contemporâneas, frequentemente são dominantes as abordagens da Psicologia, tendencialmente enfatizando as determinantes comportamentais individuais na explicação dos mais variados domínios de interação com os mais velhos. A nossa proposta procura complementar essas leituras, sugerindo vias alternativas de teorização que, no fundo, acabam por funcionar como abordagens de contexto. Os fenômenos sociais só podem ser explicados e compreendidos nos seus contextos.

#### Referências bibliográficas

- ATTIAS-DONFUT, C. (ed.) (1995). *Les solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*. Paris: Nathan.
- BAWIN-LEGROS, B. (2001). "Families in Europe: a private and political stake – intimacy and solidarity." *Current Sociology*, vol. 49, n.º 5, pp. 49-65.
- BENGSTON, V. L. (2001). "Beyond the nuclear family: the increasing importance of multigenerational bonds." *Journal of Marriage and Family*, vol. 63, n.º 1, pp. 1-16.
- CROUCH, C. e FARRELL, H. (2004). "Breaking the path of institutional development? Alternatives to the new determinism." *Rationality and Society*, vol. 16, n.º 1, pp. 5-43.

- EVERS, A. e SVETLIK, I. (eds.) (1993). *Balancing pluralism. New welfare mixes in care for the elderly*. Aldershot: Avebury.
- FINCH, J. (1993). *Negotiating family responsibilities*. Londres: Routledge.
- FINCH, J. (1989). *Family Obligations and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- GODBOUT, J. (1992). *L'esprit du don*. Paris: Éditions La Découverte.
- GOODIN, R. (1996). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HALL, P. e TAYLOR, R. (1996). "Political science and the three New Institutionalisms." *Political Studies*, vol. 44, pp. 936-957.
- HESPAÑHA, P. (1993). *Vers une société-providence simultanément pré et pos-moderne*. Coimbra: CES.
- KELLERHALS, J. (1987). "Les types d'interactions dans la famille." *L'Année Sociologique*, n.º 37, pp. 153-179.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Réalités Sociales.
- MARCH, J. e OLSEN, J. P. (1989). *Rediscovering Institutions: the Organizational Basis of Politics*. Nova York: Free Press.
- NALDINI, M. (2003). *The family in the Mediterranean welfare states*. Londres: Frank Cass.
- PARSONS, T. (1955). *Family, socialization and interaction process*. Nova York: Free Press.
- PITROU, A. (1978). *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*. Toulouse: Privat.
- PITROU, A. (1995). "Le mythe de la famille et du familial", in: KAUFMANN, J.-C. (ed.) *Faire ou Faire-Faire ?* –

*Famille ET Services*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes.

POWELL, W. e DIMAGGIO, P. (1991). *The new institutionalism in organizacional analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

RITTBURG, B. (2003). "Endogeneizing institutional change: moving beyond the institutionalist 'holy trinity'". 2<sup>nd</sup> *General Conference of the European Consortium for Political Research*. Marburg.

THELEN, Kathleen (1999). "Historical institutionalism in comparative politics." *Annual Review of Political Science*, n.º 2, pp. 369-404.

THERBORN, G. (2002). "Back to Norms! On the scope and dynamics of norms and normative action." *Current Sociology*, vol. 50, n.º 6, pp. 863-880.

TOWNSEND, P. B. (1963). *The family of three generations in Britain, the United States and Denmark*. Londres: Relatório do International Social Science Research Seminar in Gerontology, Markaryd, Suécia, agosto.

WILLIAMSON, Oliver (1975). *Markets and hierarchies*. Nova York: Free.

WILLMOTT, P. (1996). *Social networks, informal care and public policy*. Londres: PSI.